



UNIDADE LOCAL DE SAÚDE SANTA MARIA

DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS NA ULSSM

Direito à Limitação do Tratamento

Direito de Apagamento

Direito à prestação de informação

Direito de Retificação

Direito de Portabilidade

Direito de Acesso

Direito de Oposição



Direito de Acesso

Tem o direito de obter, através do Responsável pelo Tratamento de Dados, informação sobre como pode aceder aos seus dados.

Direito de Retificação

Tem o direito de obter, sem demora injustificada, a retificação ou atualização dos seus dados pessoais quando estes estejam inexatos ou desatualizados. Tem ainda o direito a que os seus dados incompletos sejam completados. Existem restrições de direitos legalmente previstas, em que o direito de retificação pode não se aplicar.

Direito de Apagamento dos Dados

Tem o direito de solicitar o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não existam fundamentos válidos para que os mesmos continuem a ser utilizados. Existem restrições de direitos legalmente previstas, em que o direito de apagamento pode não se aplicar (ex., sempre que sejam necessários para a defesa de um direito judicial ou por motivos de interesse público no domínio da saúde).

Direito de Limitação do Tratamento

Tem o direito de obter a limitação do tratamento dos seus dados em determinadas circunstâncias, fazendo com que estes não sejam utilizados durante certo período de tempo.

Direito à Prestação de informação

Tem o direito a ser informado de como a ULSSM utiliza os seus dados pessoais.

Direito de Portabilidade dos dados

Tem o direito a solicitar os seus dados pessoais num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de os transmitir a outro responsável, mas apenas se o tratamento de dados se basear no consentimento ou num contrato, e for realizado por meios automatizados. O direito à portabilidade abrange apenas os dados fornecidos por si.

Direito de Oposição

Tem o direito de se opor, a qualquer momento, a determinados tipos de tratamento de dados, por motivos relacionados com a sua situação particular. Neste caso, o Responsável pelo Tratamento cessa o tratamento dos dados pessoais, a não ser que apresente razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que se sobreponham aos interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou se for necessário para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.